



Índios Carajás da Ilha do Bananal (Tocantins) / Serra do Roncador (Mato Grosso) retratados pela Bandeira Piratininga. (1938?, Fundo CFE) (Foto: Jaime Acioli, 2010).

A CONSERVAÇÃO-RESTAURAÇÃO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS: REFLEXÕES SOBRE A TAREFA DE AVALIAÇÃO E PRIORIZAÇÃO

Ozana Hannesch*

Marcus Granato**

1. Introdução

As razões que levam à realização de tratamentos de conservação e restauração de bens culturais são múltiplas, e não dependem apenas do estado de conservação, do uso e do acesso aos acervos, mas também, e especialmente, dos valores que lhes são atribuídos. Do mesmo modo, as atitudes e atividades de preservação e/ou conservação são inúmeras frente aos distintos bens a serem tratados, implicando inclusive, conforme afirma Lemos (1987, p. 66), “em atuações interdisciplinares e julgamentos os mais variados”. Assim, os valores atribuídos ao patrimônio, apesar de absolutos na sua essência, são relativos na sua aplicação, pois cada lugar, período ou atores podem reconhecê-los de forma diferenciada com o objetivo de justificar, ou não, a preservação.

No campo da conservação-restauração, Avrami; Randall & Torres (2000, p. 8) informam que os debates sobre valor já haviam sido esboçados no início do século XX, quando Alois Riegl propõe as primeiras tipologias sobre valor

* Arquivista. Especialista em Conservação de Bens Culturais Móveis. Mestre em Museologia e Patrimônio. Conservadora-Restauradora de Documentos Gráficos no Museu de Astronomia e Ciências Afins. E-mail: ozana@mast.br

** Engenheiro metalúrgico (UFRJ), mestre e doutor em Engenharia Metalúrgica (COPPE/UFRJ), Coordenador de Museologia do MAST, vice-coordenador e professor do programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (UNIRIO/MAST), professor do curso de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio de C&T (MAST); bolsista de produtividade 1C do CNPq; Jovem Cientista do Nosso Estado da FAPERJ; líder do Grupo de Pesquisa Museologia e Preservação de Acervos Culturais. E-mail: marcus@mast.br

vinculadas às tomadas de decisão para conservação física do patrimônio cultural. Para Berducou (2007, p. 52), Riegl foi a primeira pessoa a demonstrar, não só “a coexistência de valores contraditórios; [mas também, segundo esta autora] a relatividade destes valores do ponto de vista e perspectiva do observador que os aprecia; e do impacto que a restauração pode ter sobre a legibilidade destes valores”.

Portanto, as avaliações visando à conservação-restauração não têm tido êxito apenas nas análises de ordem técnica de observação e documentação das condições dos acervos, mas no juízo crítico realizado pelo Conservador-Restaurador. Contudo, para Cesari Brandi (2004, p. 103-104) ao exercer o juízo crítico em restauração, defini-se que cada caso é um caso. E, segundo Cris Caple (2000), o “juízo crítico” pressupõe uma série de capacidades do profissional: experiência, habilidades, formação e raciocínio dedutivo, isto é, condições que apenas um especialista é capaz de exercer e que o permitem traçar referências para intervenção e tomada de decisão entre a preservação, conservação e restauração do patrimônio. As referências mencionadas por Caple (2000) dizem respeito tanto à teoria quanto às práticas da disciplina e são fundamentadas com a introdução da perspectiva científica e complementadas pelos códigos de ética profissional no campo da Conservação do patrimônio.

É possível afirmar que a subjetividade envolvida nas decisões tem, portanto, sua delimitação na responsabilidade técnica, moral e ética do profissional para com o patrimônio, com seu(s) proprietário(s) e com a sociedade. Por outro lado, a subjetividade encontra-se também, como inicialmente apontado neste texto, nas valorações individuais, comunitárias, regionais, nacionais e, igualmente, internacionais. E, ainda, pode-se afirmar que a subjetividade é expressa em função de um momento temporal (época), sendo ela uma característica identificada a partir do século XVIII.

Por essas razões, as tomadas de decisão que consideram o valor e definem a eleição e seleção para preservação, as escolhas de tratamento, os procedimentos executados e a priorização da intervenção, obrigaram à adoção de limites e padrões técnico-profissionais nas intervenções vigentes no final do século XIX, dirigidas especialmente aos monumentos. Para além disto, pode-se dizer que é somente a partir da segunda metade do século XX, com o surgimento das bases e orientações globais que direcionaram as ações de conservação, que se estabeleceram os princípios e critérios éticos com certo consenso, fruto dos

debates internacionais promovidos por instituições como a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO e as associações de profissionais constituídas também de âmbito internacional, como o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Históricos - ICOMOS, o Conselho Internacional de Museus - ICOM, a Federação Internacional de Instituições e Associações de Bibliotecas - IFLA, o Conselho Internacional de Arquivos - CIA e o Centro Internacional de Estudos para Preservação e Conservação de Bens Culturais - ICCROM.

Esse movimento foi reflexo, àquela época, das ideias de distintos profissionais de diferentes países, atores do patrimônio, que se propagaram em nível macro e que promoveram a disseminação dos princípios interventivos e da pesquisa científica em todos os processos da área de Conservação-Restauração. Essa disseminação também foi favorecida pelos programas de intercâmbio, treinamento, pela produção bibliográfica¹ e pelos eventos internacionais realizados naquele período (segunda metade do século XX).

Em desdobramento desta trajetória, se estabelecem as ações em torno do tema da Conservação Preventiva. Caldeira (2006) e Elias (2002) identificaram que organizações como o Instituto Internacional de Conservação de Objetos Históricos e Obras de Arte (IIC) e o Instituto de Conservação do Reino Unido (UKIC) também contribuíram para a consolidação deste campo, especialmente no que se refere ao seu delineamento científico, por meio da produção e divulgação de pesquisas. Assim, a manutenção permanente e as ciências da conservação passam a ter relevância e foco no âmbito das ações aplicadas ao patrimônio cultural e, por conseguinte, aos acervos documentais.

Do mesmo modo que as políticas de conservação preventiva, as ações de conservação-restauração, especialmente de documentos arquivísticos e

¹ O incremento de produção de bibliográfica em nível de cada país e internacionalmente por meio da UNESCO verifica-se com as séries: *Documentation, Libraries and Archives: studies and research*, editada na década de 1970, dentro do *General Information Programme and UNISIST* e *Records and Archives Management Programme - RAMP*, publicada entre as décadas de 1980 e 1990. Em âmbito Ibero-Americano, na década de 2000, podem ser citadas as iniciativas de publicação da Série *Conservaplan* (Venezuela); do Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos (editado no Brasil e replicado no Chile); e, mais recentemente, da Série Publicações Técnicas: Preservação e conservação (editada em Portugal).

bibliográficos, a partir da década de 1960², passaram a ser pensadas dentro de uma ótica da administração eficiente de recursos financeiros, humanos e de tempo. Assim, ao analisar o caráter global das iniciativas de preservação/conservação, a partir de então, é possível verificar o impacto potencial da necessidade de definição na seleção e na priorização de documentos/acervos, o que fundamentalmente levou à questão: Qual a real capacidade de avaliação do agente responsável pela “eleição”, considerando que a sociedade contemporânea está comprometida com um ideal de inclusão? Segundo Ross Atkinson, "a razão pela relutância do descarte de materiais é que nos falta, no momento atual [(1986)], aparato epistemológico para distinguir um nível de qualidade ou veracidade que claramente permita uma decisão pela rejeição ou pela aceitação" (2001, p. 25).

Numa abordagem distinta, mas muito esclarecedora sobre a questão, Gonçalves (2002), em seu livro *A Retórica da Perda*, identifica a circunstância das incessantes justificativas para evitar a perda serem motivações de preservação.

Nesse contexto, buscou-se delinear as circunstâncias que vêm sendo analisadas no estudo sobre metodologias utilizadas nas abordagens de seleção e priorização de ações de preservação, conservação e restauração de documentos arquivísticos e bibliográficos para uso pelo Laboratório de Conservação e Restauração de Papel - LAPEL, do Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST. As bases deste texto foram escritas como um projeto de pesquisa de mestrado acadêmico, desenvolvido no âmbito do Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio, oferecido pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO em parceria com o MAST. No projeto, foi proposto o estudo de duas ferramentas (a abordagem materialística e o gerencialmente de risco) que são indicadas para a seleção e priorização de ações de conservação-restauração de documentos gráficos, a fim de caracterizá-las e analisar seu potencial de uso aplicado aos documentos arquivísticos, o que deu origem à dissertação “Patrimônio Arquivístico em Museus: reflexões sobre

² Isto ocorreu depois das enchentes de Veneza, onde inúmeros acervos foram inundados e com os primeiros estudos sobre a deterioração do papel ácido divulgados nos Estados Unidos. No Brasil esta consciência se inicia um pouco mais tarde, no início da década de 1980, com a promoção dos primeiros encontros sobre conservação promovidos tanto pela Associação dos Arquivistas Brasileiros - AAB quanto pela Associação Brasileira de Conservadores Restauradores de Bens Culturais.

seleção e priorização em conservação-restauração de documentos em suporte papel” (HANNESCH, 2013).

Assim, este capítulo traz uma ampliação da abordagem inicial, incluindo a apresentação de alguns instrumentos de coleta de dados e a abordagem do Programa de Planejamento em Preservação - PPP. Tais ferramentas estão sendo estudadas pela pesquisa em Gestão e Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia, continuada agora, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Preservação de Acervos em Ciência e Tecnologia, pelo LAPEL (MAST).

2. O Valor dos Documentos de Arquivo

Considerando a eleição ou seleção para preservação de documentos arquivísticos, o critério do valor passa a ser estabelecido/considerado a partir da segunda metade do século XIX, já em plena Revolução Industrial. Porém, na ocasião fazia referência apenas aos aspectos administrativos, funcionais (legal e probatório) e históricos. Durante o século XX, os critérios de valor começam a ser mais claramente esboçados e descritos dentro das instituições arquivísticas, sendo citados: o valor de evidência/testemunho; o valor probatório/legal; e o valor informativo (resultado da explosão da sociedade da informação e da produção documental).

Segundo Cunha e Cavalcanti (2008, p. 373-374), o valor de evidência tem relação com o poder esclarecedor (documental) dos documentos/arquivos sobre a natureza do seu produtor, por serem estes (os documentos) provedores de evidência da sua origem, funções e atividades. Esta afirmação encontra-se no âmbito do que pode ser identificado como valor histórico. O valor probatório seria aquele que se refere à utilidade e qualidade que um documento tem pela sua capacidade de provar a existência ou veracidade de um fato (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 375), o que pode ser relacionado com o valor legal. O valor informativo, segundo Silva e colaboradores, se insere na perspectiva de comunicação, isto é, no potencial do documento de transmitir algum dado que possa configurar-se num novo conhecimento (SILVA *et al.*, 2002, p. 23-24).

Outra forma de olhar os valores dos documentos de arquivo surge em 1956, quando Theodoro Schellenberg (1974, p. 180), um dos teóricos da Arquivologia, afirma a existência de um valor primário e um valor secundário. O

primeiro se refere ao motivo de sua produção (por razões administrativas, fiscais, legais); o segundo, dado por outros interesses que não o original. Contudo, esta abordagem sobre o valor pode ser considerada mais de ordem técnica do que de categorias de valor propriamente ditas, ainda que possam ser distinguidas duas vertentes: a de uso funcional e a de uso cultural.

Nas práticas arquivísticas de meados do século XX surge, ainda, outra perspectiva de abordagem do valor: a noção de valor intrínseco. Esta buscou justificar a manutenção de documentos na sua forma original, sendo um enfrentamento aos discursos de reprodução e de abandono como solução para a preservação de documentos.

O tema do valor intrínseco ganhou importância nos Estados Unidos da América (EUA) na década de 1980, quando o *National Archives and Record Service* - NARS (atualmente denominado *National Archives and Record Administration* - NARA) iniciou um trabalho de análise e avaliação de documentos objetivando a tomada de decisão sobre aqueles que deveriam ou não ser mantidos no seu formato original, para fins de guarda permanente. Para isso, os EUA constituíram um comitê nacional para redação de um relatório normalizador sobre este tema controverso (NARS, 1982, p. 1). No relatório, o Comitê definiu o valor intrínseco como aquele identificado nos documentos de valor permanente que lhes conferiria a qualidade e as características arquivísticas necessárias para sua preservação ser aceitável somente na forma física original (NARS, 1982, p. 1-2), que são:

- 1) forma física que fornecesse documentação importante e amostras significativas sobre a técnica e desenvolvimento tecnológico do seu material de constituição;
- 2) qualidade estética e artística;
- 3) aspecto físico único e curioso;
- 4) idade que lhe conferisse qualidade de único;
- 5) valor para uso em exposições;
- 6) autenticidade, data, autor ou outras características questionáveis, que fossem significativas e determinadas pela forma física;

- 7) o interesse público geral ou substancial;
- 8) importância documental em função de base legal;
- 9) importância documental sobre as decisões políticas de nível executivo superior e de amplitude de efeito.

No entanto, o tema do valor parece não estar esgotado nos aspectos anteriormente apresentados. Acrescenta-se outra abordagem do valor que passa a ser enfatizada: quando do reconhecimento do documento de arquivo enquanto elemento componente da cultura e da identidade de um grupo ou povo, nomeadamente identificado como bem ou patrimônio cultural. Às dimensões histórica, legal e informativa, se agrega o valor intrínseco sob outro foco extremamente alargado: o cultural. Verifica-se que a multiplicidade de valores outorga importância à sua conservação no suporte original (primeiro), ao mesmo tempo em que amplia a perspectiva de olhá-lo. Manero (1997, p. 289) assim identifica: a condição de patrimônio cultural exige sua conservação física para transmissão a gerações futuras, com todas suas prerrogativas.

Contudo, ao verificar as cartas internacionais e algumas leis brasileiras que tratam da identificação de objetos e acervos documentais como patrimônio cultural a partir da segunda metade do século XX, ainda se observa a presença de termos como valor de antiguidade, excepcionalidade e raridade - cf. Lei 5.741/68 (BRASIL, 1968) e o Decreto 65.347/69 (BRASIL, 1969), por exemplo -, que delineiam o que se considera valor cultural.

Na década de 1980, o atributo de bem, e posteriormente, de patrimônio cultural, por outro lado, estabeleceu uma profusão de novas categorias de valor (conf. cunhou José Reginaldo Gonçalves) para justificação da preservação. No Brasil, com a instituição do Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica - Pró-Documto no âmbito da Fundação Nacional Pró-Memória - Pró-Memória, em 1984, estas circunstâncias também foram descritas especialmente para os acervos documentais, favorecendo o aparecimento de qualificações de arquivos, por exemplo, arquivos científicos, religiosos, artísticos, entre outros. O propósito era reconhecer os acervos documentais privados de importância para a memória e identidade nacionais e para a pesquisa e cultura do país. Segundo informa o documento de criação do Pró-Documto, o critério histórico é o privilegiado, contudo este se manifesta quando o acervo se “torna

disponível para os diversos usos culturais” (FUNDAÇÃO, 1984, p. 12), o que justificaria sua preservação, em consonância com a abordagem apresentada acima.

Por fim, caberia ainda retomar: como o tema da subjetividade é expresso nos valores atribuídos aos documentos de arquivo? Neste sentido, tomam-se os argumentos do teórico Muñoz Viñas (2010), que admite que o conceito de valor do documento, como o do patrimônio, será sempre subjetivo. Isto porque depende não só do julgamento, da experiência e da crítica do gestor, pesquisador, conservador e do debate profissional, mas igualmente dos que o reconhecem no presente (seja um indivíduo, grupo social ou a própria instituição que o recebe) e daqueles que o receberão (no futuro).

Tanto Appelbaum (2009) como Muñoz Viñas (2003) refletiram sobre um ponto convergente, isto é, de uma justificativa mais acertada e clara para a tomada de decisão sobre os métodos e as ações a serem realizadas. Contudo, observa-se que suas proposições não fazem menção a um grau ou escala de valor, mas considerações acerca da identificação e reconhecimento destes valores (categorias) que, segundo estes autores, afetam as decisões de intervenção.

Assim, no referente à Conservação-Restauração, se pode afirmar que cada instituição estabelece seus critérios, apoiados na sua missão/propósito, em seus acervos, no contexto político e social no qual está inserida, como também em função das análises e capacidades de julgamento de sua equipe. Se isto é assumido como verdade, então, conforme aponta Appelbaum (2009, p.86-87): “durante os processos e avaliações para proposição de tratamentos, os conservadores devem ter claro e explícito o valor³ que os objetos possuem, a fim de poder decidir com segurança o que será preservado e em qual estado”. Então o valor pelo qual o documento de arquivo foi salvaguardado deve ser observado nos procedimentos relativos à Conservação-Restauração.

³ Os valores citados por Appelbaum (2009) são: valor de arte; valor estético; valor histórico; valor de uso; valor de pesquisa; valor de idade; valor de novidade; valor sentimental; valor monetário; valor associativo; valor comemorativo; valor educacional e raridade.

3. Os Instrumentos e Ferramentas de Avaliação

O uso de instrumentos para se chegar à seleção e priorização de ações de preservação, conservação e restauração, como apresentado no início deste texto, tem origem nos debates que se estabeleceram a partir da década de 1960, cujas ações passam a ser pensadas dentro da ótica da administração e otimização de recursos, sejam financeiros, humanos e/ou materiais.

Os levantamentos direcionados à coleta de dados, dentro de uma perspectiva científica, exigem a adoção de uma metodologia que possibilite conhecer uma variedade de abordagens sobre os aspectos da prospecção histórica, tecnológica, ambiental e materialística do acervo, além de considerar a valoração que lhe é dada e o seu uso. A partir dos levantamentos é que se estabelecem as condições e o estado de conservação por meio de um estudo científico. Dentre os inúmeros instrumentos de coleta de dados, podem ser citados:

- ▶ Questionários - permitem um tipo de anamnese apoiada em questões formuladas para serem respondidas de forma genérica (abertas) ou específica (fechadas). Estas fornecem um panorama da situação avaliada. Geralmente conformam uma coleta de dados mais abrangente, que considera não apenas o acervo, mas o local onde estes se encontram; as circunstâncias; entre outros. Um exemplo deste instrumento pode ser verificado na publicação “Roteiro de avaliação e diagnóstico de conservação preventiva” (SOUZA *et al.*, 2008);
- ▶ Listas de checagem ou avaliação - relação que tem por base padrões ou critérios pré-estabelecidos direcionados à verificação da situação de conservação das coleções e de seus espaços. Permitem identificar a situação ou as etapas a alcançar segundo os parâmetros e exigências definidos a priori. Um exemplo deste tipo de instrumento foi publicado sob o título: “Parâmetros para Conservação de Acervos” (RESOURCE, 2004);
- ▶ Formulários - favorecem a anamnese por meio do preenchimento de uma série de dados (abrangentes ou particulares) de caráter global, e que são dispostos em campos de informação específica. Em geral, os campos têm respostas limitadas e padronizadas e possuem um “guia” orientador de preenchimento. Um exemplo deste tipo de instrumento pode ser encontrado na publicação “Métodos de evaluación para determinar las necesidades de conservación en bibliotecas y archivos: un estudio del RAMP” (CUNHA, 1988);

▶ Fichas-diagnóstico - são instrumentos de anamnese direcionados à avaliação do estado de conservação de documentos ou coleções, geralmente pela identificação dos danos. Pode-se dizer que são um modelo de formulário dirigido/particular. Podem conter campos de registro prospectivo e propostas de tratamento, tratamentos realizados (e incluir campos de identificação de produtos, materiais e técnicas utilizados), entre outras informações. Há exemplos deste tipo de instrumento em algumas publicações, como o anexo 1 do livro “A conservação de acervos bibliográficos & documentais” (SPINELLI JÚNIOR, 1997);

▶ Livro ou caderno de observações sistemáticas (vistorias) - tipo de coleta de dados contínua estabelecida por um mapeamento ou registro de ocorrências realizada por meio de uma rotina de vistoria das áreas e acervos, a fim de identificar problemas de forma mais imediata. O livro, caderno ou ficha pode ter campos pré-definidos ou não. Sua particularidade é a execução do habitual registro de dados. O exemplo mais conhecido são os livros de registros de ocorrência;

▶ Planilhas e registros de coleta especializados (planilhas e gráficos de monitoramento ambiental, registros de consulta e reprodução do acervo, etc.) - são aqueles instrumentos que complementam ou subsidiam a coleta sistemática e geração de dados passíveis de serem operacionalizados, adquiridos por meio do registro diário e contínuo e/ou auxílio de algum equipamento de monitoramento ou checagem. Exemplo deste tipo de instrumento são os registros gráficos de termo-higrômetro e as fichas ou tabelas estatísticas de consulta.

Esses instrumentos servem de base às avaliações, permitindo obter uma compreensão geral ou restrita de diferentes aspectos a serem explorados para definir a opção entre a preservação, a conservação e/ou a restauração. Contudo, para se efetivar as análises é fundamental eleger um método de abordagem, o qual instituirá os procedimentos e as formas de empreender e alcançar os resultados, isto é, para realizar a identificação, escolha e priorização das ações necessárias ao acervo em diferentes níveis e prazos. O foco deste procedimento é eleger uma metodologia, aqui denominada ferramenta, que irá auxiliar no estabelecimento da seleção e priorização das ações voltadas indispensáveis à preservação, seja de caráter mais geral ou mais restrito dos acervos.

3.1 - As metodologias para análise

Na gestão das ações de preservação, têm sido desenvolvidas e adaptadas algumas metodologias que permitem avaliar os componentes básicos envolvidos na tomada de decisão. O fundamento destas é operacionalizar o planejamento de programas e projetos, identificando-os e escalonando-os. Ao fazer um estudo sobre este aspecto da avaliação, verificou-se que as abordagens além de diversas, têm diferenças muito particulares no uso das informações coletadas, do mesmo modo que, por vezes, conformam o tipo de coleta de dados utilizado. Assim, este capítulo buscou caracterizar três destas metodologias adaptadas para uso em acervos documentais, a fim de analisar de que modo estas ferramentas poderiam fornecer subsídios a uma tomada de decisão dirigida a orientar as ações de conservação e restauração, ou mesmo de preservação no âmbito da pesquisa desenvolvida pelo Laboratório de Conservação e Restauração de Papel do MAST.

A primeira ferramenta é denominada **abordagem materialística** e foi nominada e explicitada, na década de 1980, por Ross Atkinson (2001). É um recurso metodológico de seleção para preservação de acervos que considera avaliações sobre aspectos técnicos e julgamentos críticos. Envolve o estabelecimento de categorias de materiais a serem preservados, segundo seu valor e finalidade e o conhecimento sobre a percentagem e o grau de deterioração e uso dos documentos. Sua descrição foi dirigida aos itens de biblioteca, mas Child (2001) propôs sua adoção também para documentos de arquivo.

Este método ajuda a responder às questões: o que necessita de preservação? E o que deveria ser preservado? Quais os métodos possíveis de preservação? E que métodos deveremos utilizar? (ATKINSON, 2001, p. 19)

São três classes de valor definidas a priori por Atkinson (2001): o valor econômico (monetário) - Child (2001), revisando esta ferramenta, sugere ampliar esta classe para “documentos que tenham valor intrínseco” -; o valor de uso (informativo); e, o que pode ser denominado como “valor de uso futuro”.

A partir deste enfoque sobre os valores se determinam as ações: a conservação-restauração sobre o suporte original, para os documentos de valor

monetário/intrínseco; o reparo e proteção, para os de valor informativo; reprodução e minimização do acesso, para os com potencial de uso futuro⁴, respectivamente (ATKINSON, 2001). Para cada uma das classes apontadas deve-se estabelecer um quadro onde sejam consideradas estimativas de valor (do mais alto para o mais baixo naquela classe, ou de uso alto, moderado e baixo ou sua estimativa de uso futuro) e de grau de deterioração (percentagem de danos grande, moderada e pequena) do acervo. Apenas assim, Atkinson acredita ser possível tomar decisões mais acertadas sobre os distintos documentos enquadrados em cada uma das categorias (2001, p. 26).

Observa-se na abordagem materialística a importância de qualificar o documento numa determinada classe, de onde, a partir dela, serão implementadas ações pré-definidas. Neste recurso metodológico, as definições quanto às ações de preservação, conservação e restauração são dadas a priori, quando se identifica o valor/finalidade do acervo para a instituição. Então, a priorização dos documentos a receber tal ação estabelecida pelo seu valor, o será, num segundo momento, considerando seu nível mais alto de importância, em conjunto com o escalonamento do pior estado de conservação ou estatística de uso do acervo, ou seja, de acordo com a sua maior ou menor valoração e deterioração ou consulta, naquela classe.

Nesta ferramenta, a decisão é quase que “imediatizada” pela classificação atribuída ao documento, sendo sua lapidação realizada pelo cruzamento da informação de estimativa de importância e pelo estado de degradação ou utilização do documento. Chama-se atenção para o fato de que são usadas apenas três classes de valor atribuídas aos documentos: o valor monetário ou intrínseco; o valor informativo; e o valor de uso futuro. No primeiro caso, a prioridade é dada no sentido de manter o documento na sua forma física original. No segundo caso, há valoração maior do conteúdo, por isso a prioridade de manutenção da coleção com um menor investimento em restauração e maior em conservação, objetivada pela prioridade em pequenos reparos e na proteção, ou mesmo sua substituição (exemplar mais novo). No terceiro caso, na

⁴ Esta classe privilegia a reprodução como garantia de preservação e acesso futuro, tendo em vista que o material não terá sua forma física inicialmente tratada. Contudo, o acesso estaria garantido no futuro, por meio da prevenção ao dano, caso o material seja suscetível se deteriorar por constituintes instáveis.

indefinição de seu uso futuro, avaliado como potencial, a ferramenta indica uma priorização para a reprodução e o acesso em outro formato, não se prioriza cuidar do suporte original, apenas guardá-lo.

As vantagens de adoção desta metodologia estão ligadas à redução ao mínimo das etapas a serem realizadas no procedimento de definição das ações e da forma direta na qual a priorização é alcançada. Porém, é possível perceber a existência de certa subjetividade sobre a identificação de escalonamento de valor para aqueles documentos de “uso futuro”, o que depende fundamentalmente de uma projeção bem estudada e cuidadosa sobre o potencial dos documentos a serem enquadrados nesta classe. O valor intrínseco e não monetário também possibilita certa margem de subjetividade e igualmente uma justificativa e conhecimento amplo do acervo, se consideradas as descrições do NARS (1980), apresentadas anteriormente neste texto.

A segunda metodologia apoia sua abordagem no método do planejamento estratégico. O **Programa de Planejamento de Preservação**, mais conhecido como PPP, tem como foco direcionar esforços formais de planejamento com vistas a melhorar rotinas e estimular o aumento do profissionalismo das ações relativas à preservação. O método do planejamento estratégico parte de três premissas (MERRIL-OLDHAM; REED-SCOTT, 2001, p. 14):

- 1) O trabalho de preservação precisar ser feito. E isto requer que se identifiquem e tratem os problemas encontrados de forma sistemática;
- 2) A equipe desempenha um papel-chave. Ela representa o modo de ação;
- 3) O profissionalismo do trabalho é a meta. Isto acontecerá em função da agregação de conhecimento e do apoio para a realização de uma reflexão crítica.

Esse método fundamenta-se num trabalho cooperativo⁵ de construção, que tem como sua fase inicial na análise das necessidades e na ampliação do

⁵ Na instrução de uso da ferramenta, sugere-se que sejam formados dois tipos de grupos: um grupo de estudo e alguns, de trabalho. O grupo de estudo, formado por até 5 pessoas, funciona como grupo diretivo e crítico, que é responsável pela condução geral do processo, preparando e supervisionando o cronograma, elaborando relatórios preliminares e consolidando o relatório final. Os grupos de trabalho são formados de acordo com as

conhecimento da equipe sobre a instituição e o acervo, a fim de criar um ambiente propício para que o programa se estabeleça e desenvolva. Neste sentido, os argumentos caminham para que o estímulo ao profissionalismo traga como consequência o (re)conhecimento (pela equipe) da gravidade da situação encontrada; a aquisição de novos conhecimentos e técnicas; a incorporação destes ao trabalho diário; e a consciência necessária à implementação das ações de consenso (MERRIL-OLDHAM; REED-SCOTT, 2001). Uma das técnicas utilizadas é a identificação dos pontos fortes e fracos da instituição em preservação, seja internamente ou a partir de uma visão externa (pares).

Segundo Merrill-Oldham e Reed-Scott (2001), no PPP, a coleta de dados deve privilegiar a natureza, tamanho e condições das coleções e o nível de atividades de preservação; e sua análise deve considerar a estrutura institucional (organograma), o que se tem de recursos, as necessidades (vigentes) e onde se deseja chegar, isto é, o estabelecimento de metas (previsão) que sejam mais factíveis, favoráveis ou convenientes. Na definição de prioridades, esses autores sugerem observar: o impacto de se implementar uma determinada ação; sua exequibilidade; sua urgência; e a quantidade de tempo necessária para implementá-la (MERRIL-OLDHAM; REED-SCOTT, 2001, p. 36) – impacto e exequibilidade são considerados em conjunto, conforme mostrado no Quadro 1, a seguir.

A partir destas informações, são preparados os relatórios preliminares que vão subsidiar e nortear as tomadas de decisão conjunta por parte da equipe, tanto no que se refere às condições ambientais, como também ao estado de conservação do acervo, à organização das atividades de preservação, ao planejamento para casos de emergência, ao treinamento e conscientização da equipe e dos usuários e às análises sobre a captação de recursos e financiamentos para a preservação (MERRIL-OLDHAM; REED-SCOTT, 2001). Com base nestes relatórios, são delineados e desenvolvidos os planos específicos para tratar as necessidades identificadas, por meio de discussões que irão conformar as estratégias e a consolidação do relatório final.

necessidades, para realizar levantamentos específicos, isto é, coleta de dados a serem analisados.

Quadro 1 - Seleção de Metas.

Baixa	3	1
	4	2
Alta		
	Alto	Baixo
	Impacto	

(Fonte: MERRIL-OLGHAM; REED-SCOTT, 2001).

Este método aplicado à preservação, conforme explicam Merrill-Oldham e Reed-Scott (2001, p. 16) favorece a revisão de objetivos e metas institucionais com ênfase nos requisitos de preservação, bem como revisa os fatores administrativos, organizacionais e técnico-operacionais que influenciam a capacidade da instituição de zelar pelas coleções e lhes dar acesso.

Verifica-se que no PPP a ênfase é dada inicialmente no aumento do envolvimento, consciência e capacidade da equipe de (re)conhecer a situação na qual o acervo se encontra, com o objetivo de criar as condições para o estabelecimento e desenvolvimento de programas de preservação, conservação e restauração. A dinâmica do trabalho em grupos aumenta o potencial de obtenção e articulação dos dados, o compartilhamento de diferentes perspectivas e soluções e reduz a necessidade de explicação das decisões aos servidores. Infere-se que sejam estas algumas de suas vantagens, pois o conhecimento e as decisões são socializadas e o envolvimento de muitos divide as responsabilidades e compartilha as opções, buscando o consenso.

Constata-se que nesta ferramenta o tema do valor não é avaliado de forma direta. Será considerado nas avaliações sempre que influenciar as metas, necessidades e prioridades (MERRIL-OLDHAM; REED-SCOTT, 2001, p. 52, 54, 57, 72, 73, 79), tendo uma relação estreita com a análise da condição do acervo. Dentre os valores citados na explicação deste método, encontra-se o valor de artefato, o de raridade e de importância para a instituição manter permanentemente (MERRIL-OLDHAM; REED-SCOTT, 2001). Do valor de artefato infere-se que tenha estreita relação com o que aqui se denomina de valor intrínseco.

Uma desvantagem que se atribui ao método é o número de etapas a serem realizadas. Isto pode diminuir a motivação da equipe e tornar o trabalho mais moroso. Distintamente da abordagem materialística, seria importante ter a figura de um consultor que pudesse gerir as etapas de desenvolvimento da metodologia, garantindo que este fosse adequadamente aplicado, e isto é igualmente sugerido pelo manual (MERRIL-OLDHAM; REED-SCOTT, 2001).

A terceira ferramenta é mais recente, denomina-se **Gerenciamento de riscos**, e foi delineada por Stefan Michalski e José Luiz Pedersoli Junior no documento *Manual de Gestão de Risco de Coleções* (MICHALSKI; PERDERSOLI, 2009). É uma metodologia de análise que considera o risco como um fator a ser observado primordialmente, e onde, a partir da vulnerabilidade e do contexto no qual o acervo se encontra, se definem as necessidades de ação sobre ele, particularmente pela ponderação da perda de percentual de perda de seu valor e o que esta perda representa para o valor da coleção. O grau de magnitude do risco, em função do percentual da perda, finalmente define a prioridade de tratamento. Aos riscos são associadas ocorrências de três tipos: eventos raros (menos de uma vez a cada 100 anos); eventos esporádicos (mais de uma vez a cada 100 anos) e eventos contínuos.

Esta ferramenta propõe: identificar e estimar os riscos, definindo os cenários estabelecidos a partir daqueles (riscos); analisar o valor percentual de cada fundo no todo do acervo e as expectativas que se tem das perdas de valor dos documentos em função dos danos e ocorrências (oriundos da vulnerabilidade ao e probabilidade do risco); e estabelecer, assim, as formas de atuação e sua priorização.

Neste método, há necessidade de escolha de um nível hierárquico no qual se trabalhará (mais abrangente ou mais restrito), a fim de obter possibilidades de avaliação de modo mais ajustado. Assim, Michalski e Pedersoli (2009, p. 15) explicam que o enfoque pode ser dado na:

- análise de um só risco;
- estimativa de riscos do mesmo tipo;
- estimativa comparativa de riscos;
- gestão global de riscos (todos os riscos); ou
- gestão integrada de riscos (no âmbito das políticas institucionais e externas).

Com isso, quando se chegar à etapa de finalização da avaliação, será possível produzir um resumo sobre cada risco (MICHALSKI; PERDERSOLI, 2009), por exemplo: no caso de riscos específicos o resumo assinala a ameaça, descreve qual é o dano e qual seu resultado, estima a parte da coleção que será afetada e a rapidez ou frequência em que isso acontecerá e estabelece a perda resultante de valor (percentual) do fundo para o todo do acervo.

A partir deste ponto, a ferramenta direciona para responder as questões: A) Quanto da coleção será afetado? B) Quanto valor perderá cada objeto/fundo afetado (no todo do acervo)? e C) Com que frequência irá acontecer? O método remete então uma tabela classificatória (escala ABC), na qual se atribui uma pontuação numérica para cada resposta definida na tabela (MICHALSKI; PERDERSOLI, 2009, p. 56-59). O somatório das três pontuações irá ser localizado, em seguida, na escala de magnitude de risco, outra tabela que determina escalonadamente a prioridade das ações a serem realizadas.

Nesta ferramenta, a atribuição de valor não considera categorias de valor apenas qualificadoras, mas especialmente quantitativas, que são a parte 'nebulosa' do método; isto porque, como já foi informado, a definição da percentagem do valor de uma coleção sobre o todo do acervo deve ser debatida e encontrada por parte da equipe que participa do trabalho, a fim de que possa se estabelecer o quanto sua perda de valor (da coleção) vai representar de impacto no valor total do acervo em curto, médio e longo prazos. Esta informação vai afetar a identificação da magnitude do risco (valor sobre vulnerabilidade

versus impacto da ameaça) e, conseqüentemente, na priorização das ações necessárias para se alcançar a preservação para cada coleção.

Distinto da abordagem materialística, no gerenciamento de riscos há a necessidade de uma amplitude maior de conhecimento, por se tratar de uma abordagem sistêmica, assim como é o PPP. Contudo, verifica-se que esta abordagem metodológica, diferente do PPP, direciona-se para o agente que influencia na condição do acervo e não para o dano ou situação do acervo. Por outro lado, a percentagem da valoração relativa dos documentos do acervo irá definir a aceitabilidade da perda, e essa depende fundamentalmente do “acordo” e consenso de distintos profissionais. Neste sentido, o consenso buscado nesta ferramenta se assemelha em muito àquele que se deseja entre a equipe que desenvolve o PPP, embora este dê ênfase continuamente ao trabalho partilhado.

Identifica-se também nas duas metodologias de abordagem sistêmica uma complexidade maior de instrumental, com o uso de inúmeros referenciais e etapas, que promovem a padronização dos parâmetros, ao mesmo tempo em que buscam diminuir a subjetividade. Porém, o número de etapas para alcançar a priorização é grande, tornando o procedimento mais moroso e indireto, como também já apontado para o PPP.

De outro modo, o gerenciamento de riscos foca sua abordagem na identificação da vulnerabilidade e no impacto da ameaça no acervo, fazendo com que a priorização seja apoiada nas ações que visem evitar as maiores perdas nos acervos considerados de maior valor, o que, infere-se, também possa ser alcançado, de forma distinta, pela metodologia da abordagem materialística e pelo PPP.

Observa-se que cada recurso metodológico direciona para métodos, técnicas e instrumentos de coleta de dados que lhe sejam mais adequados. Assim, ao escolher uma determinada ferramenta, há necessidade de identificar que tipos de resposta e dados são mais adequados aos propósitos e análises que terão de serem feitas. De igual maneira, alguns instrumentos necessitam ser adequadamente estruturados e adaptados e quadros de classificação e vocabulários controlados devem ser estabelecidos, a fim de que haja uma linguagem comum e um padrão de levantamento forneça dados operacionalmente tratáveis.

Por fim, verificou-se que, apesar de as metodologias estudadas privilegiarem inúmeras ações e procedimentos técnicos e críticos que auxiliem nas análises para seleção e priorização de ações de preservação, conservação e/ou restauração de acervos documentais, estas ainda podem ser identificadas como sendo de natureza subjetiva. Isto porque expressam escolhas, todavia particulares, da equipe ou dos profissionais por sua formação, missão institucional, período histórico. Tais condições recebem interferências diversas de revisão, substituição, alteração, entre outros, sendo os métodos e técnicas muito característicos das áreas de Ciências Sociais e Humanas.

A partir das observações apresentadas, é possível compreender que o universo das ações em preservação, conservação e restauração não se resume apenas à definição e implementação de técnicas para criar condições adequadas à manutenção dos acervos. Embora o conhecimento técnico seja fundamental para a realização de muitas das variáveis a serem observadas no estudo das condições do acervo para identificar suas necessidades, pode-se reconhecer igualmente importante a abordagem administrativa, a científica e a de curadoria.

Não obstante o papel cultural dos acervos amplia, todavia, a perspectiva de uso social em função dos distintos interesses, para além dos que claramente identificados. Assim, ao focar o estudo no exercício articulado da seleção e priorização de ações de conservação-restauração dos documentos arquivísticos, a pesquisa em desenvolvimento deseja refletir sobre como o conteúdo apresentado pode refletir-se nos argumentos e proposições para a definição de metodologias e na adequação de instrumentos, visando sua aplicação nos arquivos sob responsabilidade do MAST.

A fim de articular as ideias para a aplicação prática que auxilie os profissionais que atuam em conservação e restauração de documentos gráficos, na tarefa de seleção e priorização destes tratamentos, realizou-se no âmbito da pesquisa iniciada no mestrado já mencionado, um estudo de caso sobre um conjunto de documentos que integra o Arquivo de História da Ciência do MAST. Para que este exercício não fosse extenso, foi escolhido o fundo pertencente ao Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil - CFEACB, que em 2000 teve seu registro no Programa Memória do Mundo da UNESCO.

Assim, no item seguinte, são expostas as reflexões sobre as variáveis valor e uso do acervo, apresentando o contexto e análise em que se desenvolveu preliminarmente este estudo, a fim de apontar considerações e proposições sugeridas na pesquisa quanto aos métodos e instrumentos de avaliação a serem implementados pela instituição. Apesar de já ter avançado em alguns aspectos, considera-se que a pesquisa ainda tem pontos a serem desenvolvidos para que permita determinar a metodologia mais adequada para a seleção e priorização das ações de conservação-restauração dos documentos, tanto do arquivo CFEACB como dos demais fundos constituintes do AHC, assim como nas coleções especiais que se encontram sob a responsabilidade da Biblioteca do MAST. Neste sentido, seguem as bases de discussão que serão exploradas junto com a equipe.

4. Estudo de Caso sobre os Documentos do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil - CFEACB

Nas palavras de Camargo, os arquivos são “instrumentos e produtos das ações de indivíduos e instituições, [e] esses documentos continuam a representá-los mesmo quando as razões, os agentes e os organismos responsáveis por sua criação se transformam ou deixam de existir. Daí sua importância [...]” (2010, p. 22). Tendo esta citação como referência, identifica-se que o conjunto de documentos relativos ao Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil - CFEACB constitui um arquivo institucional.

No entanto, apesar desta afirmação, o Arquivo do CFEACB é também um arquivo custodiado, isto é, sob tutela do Arquivo de História da Ciência, e esta situação se deu no momento de criação do MAST. Contudo, desconhecia-se a existência deste fundo documental no legado do acervo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. Somente quando se iniciou o processamento técnico deste arquivo, visando sua organização, é que foram identificados documentos de origem do CFEACB.

O CFEACB foi um órgão criado por Getúlio Vargas, em 1933, a partir do Decreto 22.698 de 11 de maio. Este ato incumbia o Ministério da Agricultura de realizar a fiscalização das “expedições nacionais, de iniciativa particular, e as estrangeiras, de qualquer natureza, empreendidas em território nacional”

(BRASIL, 1933, p.1). O CFEACB, a partir de então, torna-se um órgão executor do controle e fiscalização das expedições científicas e artísticas no território brasileiro, realizadas por pesquisadores e expedicionários estrangeiros de qualquer origem e pelos brasileiros, desde que estas fossem de caráter privado.

No conjunto de documentos que compõe o arquivo do CFEAB é possível verificar as inúmeras alterações que o órgão sofreu ao longo de sua existência, seja no intuito de atenuar os dispositivos fiscalizatórios iniciais, conforme cada caso de expedição, seja na modificação de seus membros e, conseqüentemente, nas suas políticas de intervenção (do órgão). Pode-se perceber ainda, nas observações e afirmações feitas por Castro (2005), Lisboa (2006) e Tavares (2012), o quanto o órgão CFEACB foi importante na consolidação de uma política governamental de patrimônio cultural, mas também de uma política estratégica dos cientistas e pesquisadores brasileiros no fortalecimento do campo científico no país (LISBOA, 2012). Entretanto, Castro (2005, p. 37) chama a atenção que: “não se pode ter certeza a respeito do que havia da parcela de documentação de caráter histórico ou legal acumulada pelo Conselho que foi preservada”, diagnosticando que isso pode estar relacionado ao fato do Conselho nunca ter tido sede própria. Assim, conclui Castro: “o fato de ter dividido espaço com outros órgãos públicos pode ter contribuído para que em diversos momentos houvesse mistura com outros fundos documentais ou perda de material” (2005, p. 37).

Em 1968, por meio do Decreto 62.203, de 31 de janeiro, as funções do CFEACB foram extintas, passando suas atribuições a serem divididas entre a então Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - DPHAN (as atividades referentes à preservação do patrimônio), que já existia desde 1937, e o então Conselho Nacional de Pesquisas⁶ - CNPq (as atividades referentes ao controle dos pesquisadores estrangeiros), criado em 1951 (BRASIL, 1968).

Após a extinção do CFEACB, acredita-se que parte de sua documentação tenha sido transferida para o CNPq, posto que foi entre os documentos desta instituição - que ficaram sob a guarda do MAST, quando a regional do CNPq foi transferida para Brasília - que este fundo foi encontrado.

⁶ Quando de sua reestruturação, em 1971, o CNPq teve este nome modificado, passando a então se denominar Conselho do Desenvolvimento Científico e Tecnológico, sem alterar sua sigla.

Após identificar que se tratava de outro fundo, os documentos do CFEACB foram separados dos do CNPq, sendo então tratados como fundo fechado⁷.

O processo de organização do arquivo culminou no arranjo, na formação dos dossiês e sua descrição e, por fim, na sua codificação. Os dossiês, por sua vez, foram descritos nas séries em ordem cronológica crescente, segundo o primeiro documento de cada dossiê. Este trabalho foi concluído com a publicação da primeira edição do Inventário Sumário, em 1988 (ARQUIVO, 2000). A organização levou nove meses. O inventário teve uma reedição em 2000, quando o MAST submeteu a candidatura do arquivo do CFEACB ao Programa Memória do Mundo.

Conforme consta no inventário⁸, e considerando uma abordagem quantitativa por categorias, verifica-se que o arquivo CFEACB possui 10.576 documentos textuais, 257 fotografias e 22 documentos cartográficos. Os primeiros foram distribuídos entre duas séries de dossiês textuais: Série 1 - Estrutura e funcionamento; e Série 2 - Expedição e exportação de material, sendo 57 dossiês referentes à Série 1 e 451 dossiês, à Série 2. Completam ainda o acervo, os documentos fotográficos e cartográficos, que embora tendo relação com os dossiês textuais, foram descritos em dossiês separados, entretanto referenciados nos dossiês, a fim de destacar sua especificidade de formato no inventário.

O acervo arquivístico do CFEACB inclui, ainda, 14 dossiês de fotografias, todas em preto e branco, identificadas entre um período que vai de 1935 a 1964, inclusive. Este período se caracteriza pela formação da imagem sobre processo de gelatina de três camadas (papel, barita e gelatina). Os dossiês fotográficos, em sua maioria (12 dossiês de 14), estão relacionados aos dossiês de expedições, inseridos na Série 2. Do mesmo modo que as fotografias, desenhos

⁷ Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, fundo fechado é aquele que não recebe mais acréscimo de documentos, em função da entidade produtora não se encontrar mais em atividade (ARQUIVO, 2005, p. 98), e no Dicionário de Terminologia Arquivística refere-se ao arquivo “ao qual se deixou incorporar novos documentos em virtude da unidade produtora” (CAMARGO; BELLOTTO; BOTANI, 1996, p. 41).

⁸ ARQUIVO do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas Científicas no Brasil: inventário sumário. 2. ed. Rio de Janeiro: MAST, 2000. 133 p. Disponível em: <http://www.mast.br/inventarios/inventarios_conselho_de_fiscalizacao_das_expedicoes_artisticas_e_cientificas_no_brasil.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2015.

e mapas que compõem o conjunto referem-se, em sua maioria, às expedições (25% deles).

Segundo os relatos de Grupioni (1995), Lisboa (2006; 2012) e Tavares (2012), o arquivo CFEAB caracteriza-se como um fundo que reflete a atividade burocrática e histórica do órgão, embora seus documentos possam ser considerados de valor para a ciência, em especial, para a história da ciência no Brasil. Por outro lado, verifica-se em alguns dossiês uma forte presença do tema da etnografia, contendo também aportes para as ciências sociais, inclusive com a existência de alguns documentos fotográficos e cartográficos relativos às expedições e seus propósitos de estudo. Assim, se estabelece seu cunho administrativo, histórico científico e cultural.

De outro modo, pode-se observar que as categorias de valor já nomeadas não são exaustivas, pois vão depender, fundamentalmente, do tipo de olhar e interesse subjetivo do observador, podendo estabelecer-se, por exemplo, no valor informativo, sobre a existência de um órgão preocupado com políticas de proteção do patrimônio brasileiro na década de 1930. Também pode constituir-se com valor associativo, visto que, por meio dele, por exemplo, pode ser identificada a origem de coleções de diferentes museus brasileiros.

Quando analisado na perspectiva do valor intrínseco, verifica-se a existência de documentos individuais que não atendem a este requisito, como os artigos de jornal e as cópias de documentos, o que pode direcionar o olhar para estes documentos de forma diferenciada no sentido de sua conservação. Entretanto, enquanto conjunto de documentos, este aspecto pode não influenciar diretamente nas prioridades do dossiê, quando este é avaliado como parte de um todo (arquivo). Por outro lado, quanto às prioridades dentro de um mesmo dossiê, este fator pode representar uma diferenciação nos tratamentos e suas urgências, com opção de restauração ou conservação curativa para uns, e reprodução ou acondicionamento individualizado, para outros. Contudo, isto de certa forma define um padrão de ações para cada uma das categorias identificadas.

Um ponto a ser considerado dentro desta perspectiva de valor é a representatividade deste acervo com o seu reconhecimento pelo Programa Memória do Mundo - PMM. Sob este aspecto, as ações de manutenção na sua forma física original não podem ser desconsideradas, mesmo quando analisadas

sobre as ponderações apontadas no parágrafo anterior. Particular discussão deve ser promovida pela equipe para o fato de que os documentos de arquivo têm a qualidade de único, valor considerado quando da atribuição do seu registro no PMM (MEMÓRIA, 2002). Neste sentido, caberia perguntar: que valores devem ser mantidos ao se realizar a intervenção direta nos documentos deste fundo? E se os valores identificados podem servir para estabelecer a priori ações a serem aplicadas de forma distinta no acervo.

Estas respostas devem vir antes da realização do tratamento de conservação-restauração nos documentos deste arquivo, indicado ao procedimento seguro de manuseio e melhoria da desfiguração do documento (cf. nomeia KEENE, 2000, sobre a aparência estética dos documentos) para sua disponibilização em meio digital. Este planejamento é, se não por outro motivo, um desdobramento do compromisso com o registro no PMM, onde o MAST acordou o acesso a estes documentos em meio digital, cuja garantia integrou o Plano Diretor do MAST através de um projeto estruturante de implantação do “Programa de Digitalização de Documentos do Arquivo de História da Ciência”, a ser implementado até o final de 2015, com a conclusão de digitalização de 5 acervos (PLANO, 2010).

As discussões a serem empreendidas devem considerar a fragilidade dos documentos, bem como a capacidade da equipe (do LAPEL) de realizar em menor tempo os tratamentos, sendo necessário, portanto, prever o impacto desta ação junto a outras atividades desenvolvidas por este setor. Para esta discussão se tomará por base artigos que tratam do trabalho de conservação antes do procedimento de digitalização, como o publicado por Helen Lindsay (2003), que faz uma abordagem ampla deste tema. Por certo se reconhece que, para além de sua disponibilização remota, a iniciativa da digitalização favorecerá a possibilidade de restrição da consulta direta aos documentos, ao mesmo tempo em que proporcionará o registro imagético atualizado de todos os documentos⁹, com fins de acompanhamento das condições de sua degradação em anos subsequentes.

Registra-se, todavia, que as bases do trabalho de conservação dos documentos do acervo CFEACB foram iniciadas logo após sua organização em

⁹ Considerando-se que este registro “fotográfico” momentâneo nem sempre é possível de ser realizado para todos os documentos, por ocasião do diagnóstico.

1987/1988, e privilegiaram a higienização superficial sumária e o acondicionamento individualizado dos dossiês com papel tipo glassine¹⁰. Fotos e documentos cartográficos foram acondicionados em folderes de papel alcalino branco, sendo as fotos, em torno de 5 ou 6, guardadas ainda dentro de envelopes confeccionados em papel cartão de 120g/m². Ao final da organização do arquivo foram selecionados em torno de 35 documentos de distintos dossiês para serem restaurados, por ocasião da Mostra de Documentos do CFEACB, realizada pelo MAST, em novembro de 1988, quando foi realizado o lançamento da primeira edição do Inventário. Assim, naquela ocasião, os tratamentos de conservação-restauração foram realizados pelo critério de demanda, o que ocorre em muitas instituições de funções semelhantes.

Em 1994, contudo, foi realizada uma tentativa de mudar o perfil deste trabalho, quando se iniciaram duas atividades simultâneas: o reacondicionamento dos dossiês - com a troca do invólucro inicial por outro de papel alcalino branco - e o tratamento de conservação-restauração de dossiês com maior uso. A ideia era realizar um levantamento geral do estado de conservação do acervo, à medida que este seria reacondicionado. Porém, o trabalho de acondicionamento não foi continuado, sendo realizado apenas nas caixas em que houve documentos restaurados. Os dossiês restaurados¹¹ são estreitamente relacionados a expedições etnográficas, como as de Claude Lèvi-Strauss (CFE.T.2.054), Bandeira Piratininga (CFE.T.2.129), Helmolt Sick (CFE.T.2.175 e CFE.T.2.298), Curt Nimunendajú (CFE.T.2.027 e CFE.T.2.438) e Marcel Homet (CFE.T.2.254).

Estes conjuntos estavam em condições ruins de manuseio e uso, e poderiam ser danificados pelas solicitações constantes de consulta verificadas àquela época. Assim, o critério estabelecido para as ações foi fundamentado no

¹⁰ Refere-se ao papel de aspecto muito semelhante ao papel vegetal, de pasta química branqueada, alto refino e supercalandragem para alcançar a transparência e com baixa absorção de água impermeabilidade elevada. Sua opacidade é dada pelo efeito de cargas minerais, que lhe confere um aspecto leitoso. Sua característica define-se pela translucidez e lisura superficial (D'ALMEIDA, 1988, p. 844-846).

¹¹ Estes procedimentos referem-se à higienização a seco detalhada; ao reparo ou reforço, utilizando papel japonês e cola metil celulose; ao banho de limpeza aquosa e desacidificação; à reencolagem; e ao aplainamento das folhas, bem como remoção de fitas adesivas ou colas.

valor de uso. Por outro lado, verifica-se que o alto nível de consulta possa atribuir àqueles documentos um alto valor informativo.

Por ocasião deste estudo foi iniciada uma nova avaliação sobre acesso aos documentos deste fundo. Conforme estatística produzida pelo AHC¹², considerando os anos de 2008 a 2012, a situação é observada na Tabela 1, apresentada a seguir.

Tabela 1 - Dados referentes ao uso do acervo CFEACB (anos 2008 a 2012).

Estatística de consulta e uso do CFEACB			
Ano/Série	Número de Consultas	Número de dossiês Consultados	Número de dossiês Reproduzidos
2008 Série 1	2	2	1
2008 Série 2	10	9	1
2009 Série 1	10	6	5
2009 Série 2	17	10	4
2010 Série 1	0	0	0
2010 Série 2	46	21	6
2011 Série 1	11	7	1
2011 Série 2	201	127	9
2012 Série 1	23	17	0
2012 Série 2	110	94	3

Fonte: (HANNESCH, 2013).

¹² O levantamento foi realizado por Monica Viol, entre os anos de 2009-2013, a quem agradeço as informações.

Nesta tabela, é possível verificar que, nos anos de 2011 e 2012, houve um aumento no número de consultas deste arquivo; sem que isto se refletisse, entretanto, no número de reproduções¹³, que se manteve pequeno, ou seja, houve uma demanda pela consulta do original. A partir desta constatação, foi realizada uma compilação desses dados e o resultado foi comparando dentro do universo total de dossiês que compõe o arquivo (Séries 1 e 2). O Gráfico 1, apresentado a seguir, mostra o número de dossiês que foram consultados no período apresentado, comparado ao número de consultas recebido pelo acervo.



Fonte: (HANNESCH, 2013).

É possível verificar que, durante estes anos, houve consulta em 43% dos dossiês do arquivo do CFEACB, representando que cerca da metade do conjunto foi manuseada, o que caracteriza um alto uso. Neste sentido, analisando

¹³ A reprodução de documentos e dossiês, realizada a pedido dos usuários, é feita por processo fotográfico, em câmara digital, sem flash, e executada por um técnico da equipe do AHC. A qualidade da imagem produzida é de alta resolução. Para o usuário é fornecida um arquivo ou imagem em baixa resolução, a exceção se for para publicação.

isoladamente, não faria muito sentido priorizar um ou outro dossiê, mas sim realizar o trabalho de conservação-restauração de todo o conjunto. Entretanto, da percentagem do acervo que foi consultada, produziu-se um novo gráfico, de número 2, cuja imagem é apresentada a seguir no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Percentagem da consulta em dossiês, considerando as séries documentais do arquivo CFEACB entre os anos de 2008 e 2012.



Fonte: (HANNESCH, 2013).

Observa-se que, dentro do percentual consultado, a maioria corresponde aos dossiês referentes às expedições. Apenas 10% correspondem à série relativa aos documentos de ordem administrativa do órgão (estrutura e funcionamento do Conselho). Dos 21 dossiês consultados da Série 1, os que apresentaram mais de uma consulta, no período analisado, podem ser observados na Tabela 2, apresentada a seguir, e referem-se aos relatórios anuais, incluindo histórico da criação e relação dos Conselheiros representantes, delegados e subdelegados, etc. (CFE.T.1.017); às modificações no regulamento do Conselho (CFE.T.1.001); às atas de reunião (CFE.T.1.010 e CFE.T.1.011); bem como a documentos relacionados com o Serviço de Proteção aos Índios (CFE.T.1.022).

Tabela 2 - Dossiês da Série 1 com maior nível de consulta entre os anos de 2008 e 2012.

Dossiês	Número de Consultas
1.001	5
1.006	2
1.010	4
1.011	4
1.017	8
1.022	4
1.042	2
1.049	2

No conjunto de dossiês relativos à Série 2, dos 198 dossiês consultados no período analisado, destacam-se três dossiês com maior nível de consulta: CFE.T.2.027 (referente a Curt Nimuendajú), CFE.T.2.054 (referente a Claude Lévi-Strauss) e CFE.T.2.175 (referente a Helmut Sick) - dossiês estes que já haviam passado pelo processo de conservação-restauração, por serem identificados como de grande consulta. Os temas destas expedições são relacionados, especialmente, à etnografia e à fauna e flora brasileiros.

As observações até aqui reproduzidas são de cunho prospectivo. Um estudo para projeção de uso do acervo nos próximos anos não foi realizado. Contudo, seria interessante observar as tendências de pesquisa futura, que podem ser indicadas por datas comemorativas, definição sobre o planejamento de exposições ou por uma pesquisa motivada junto aos pesquisadores, entre outras possibilidades.

Parte das análises procurará mostrar o quanto estatísticas mais detalhadas podem nos dar uma visão mais exata e o apoio à tomada de decisão de forma mais ajustada às ações necessárias em cada dossiê ou documentos do acervo. Por outro lado, ainda que estas informações sobre o uso sejam importantes, corrobora-se com a constatação de que o diagnóstico do arquivo também segue sendo uma variável que não pode ser desprezada quando se

deseja empreender a seleção e priorização dos documentos/dossiês, ou mesmo do acervo, ainda que este diagnóstico possa ser mais (ou menos) detalhado.

Previendo esta necessidade, o LAPEL iniciou em 2014 um diagnóstico exaustivo do arquivo do CFEACB, utilizando uma ficha elaborada especificamente para este trabalho. Pretende-se identificar o atual estado de conservação dos dossiês, com o indicativo das necessidades de tratamento, a fim de que prioridades sejam definidas. Nesta ficha-diagnóstico de levantamento, os dados são menos detalhados e mais concisos. Assim, consta da identificação apenas o código do dossiê (notação, incluindo o número dos documentos), seu número de folhas e dimensões. Na parte referente ao material constituinte, foram completadas informações sobre o tipo de suporte e o tipo/processo de escrita, bem como a existência de marcas ou agregados, todos preenchidos por meio de marcação assinalada com x. A seguir, a ficha apresenta uma lista de danos, cuja marcação assinalada deve ser feita naqueles que são encontrados no documento e, caso necessário, estes devem ser mapeados em um desenho representativo da folha/dossiê (os que são recorrentes), situado na área inferior direita da ficha. Na parte final, foi incluída uma lista com procedimentos a serem também assinados (quando identificados como necessários); um item para assinalar se a digitalização pode (ou não) ser realizada sem tratamento, e se para fazê-la seriam necessários poucos reparos, outro item de observações para ser preenchido, assim como a data e o responsável pela avaliação (cf. ficha apresentada em Anexo).

Este diagnóstico virá ao encontro de complementar as informações obtidas por outro levantamento mais detalhado, realizado por amostragem para o estudo feito no âmbito do mestrado em Museologia e Patrimônio, o qual identificou que parte dos documentos tem problemas com a baixa gramatura do suporte (46% a possuem) e que dentre os dossiês que possuem tinta manuscrita, 63% deles tem alguma inscrição em tinta metaloácida¹⁴. Estes dados agora serão confrontados e auxiliarão nas análises sobre a priorização e a tomada de decisão dos indicativos de tratamento.

Ao analisar as reflexões possibilitadas pela pesquisa, pode-se afirmar que a adoção da conservação-restauração para os documentos é uma premissa

¹⁴ Para mais informação, ver: (HANNESCH, 2013, p. 188).

para grande parte deste acervo, do mesmo modo que o acompanhamento do estado de conservação de alguns documentos (em suporte e escrita instável) deva ser realizado objetivando os reparos e a proteção necessários, assim como o é a necessidade de reprodução de outra parte dos documentos, visando minimizar sua consulta, tendo em vista o potencial de sofrer danos. Estas avaliações vêm sendo de algum modo realizadas pelo LAPEL/CDA, caracterizando, assim, o *modus operandi* deste setor.

Por fim, seria importante analisar ainda o percentual de contribuição deste arquivo na definição do valor do acervo arquivístico e institucional (todo). Neste sentido, ao fazer um exercício de aplicação do método de gerenciamento de riscos junto ao CFEACB, há que se considerar, antes de tudo, a percentagem de valor que este acervo representa para o valor da “coleção” de arquivos do Arquivo de História da Ciência, o que não foi alcançado neste estudo. Há que se considerar que este acervo neste momento é o único arquivo do MAST que se encontra hoje sobre a égide do Programa Memória do Mundo.

5. Considerações Finais

Neste capítulo, pontuou-se que a seleção de documentos para tratamento, seja de restauração, conservação ou preservação, envolve um grande número de considerações técnicas e críticas. Como observado, a partir da década de 1960, os recursos, sejam eles financeiros, humanos ou de economia de tempo foram alguns dos agentes motivadores de uma abordagem mais sistêmica em nível administrativo, enquanto que o grande volume de documentos em papel ácido, identificado pelos EUA, ou afetado pelas enchentes em Veneza, Itália, trouxeram motivações de ordem técnico-científica. Assim, a fim de responder de modo menos subjetivo e mais ajustado, ao longo das últimas décadas, profissionais da gestão e conservação do patrimônio têm se empenhado em buscar elementos que auxiliem, na sua prática, a visão do conjunto e não de itens individualizados, ainda que estes não sejam completamente desconsiderados.

A Conservação vem avançando nos métodos, alterando paradigmas de trabalho e aproximando-se, em grande medida, de recursos administrativos, técnicos e científicos mais modernos de apoio na tomada de decisão. Esta situação representa um amadurecimento da disciplina, ao mesmo tempo em que

tem exigido dos profissionais uma atualização constante de conhecimentos e informações para enfrentamento do trabalho prático na contemporaneidade.

De outra parte é possível observar que o levantamento de coleta de dados ou o diagnóstico do estado de conservação da coleção, das condições ambientais e sobre a finalidade e responsabilidades da instituição continua sendo o instrumento viabilizador do conhecimento maior sobre o acervo. Contudo, ao promover este estudo, foi possível observar que os recursos metodológicos que auxiliam na identificação, seleção e priorização das ações dirigidas à preservação dos acervos requerem métodos de exame com refinamentos distintos, sendo importante adequá-los para adoção nas análises.

Sob outro aspecto, as práticas encontradas na literatura da área de Conservação são muitas, desde questionários, listas de checagem, mapeamento de acervo, planilhas de diagnóstico, formulários, dentre outras. Estes instrumentos são mais acertadamente utilizados quando se definem padrões e referenciais para uso como, por exemplo, um vocabulário controlado ou um quadro de classificação de estado de conservação ou de deterioração da tinta (alguns destes estão publicados e disponíveis para uso e adaptação).

Por fim, é possível verificar, ainda, a necessidade de implementação de um trabalho em conjunto dos Arquivistas e Conservadores-Restauradores, que dividem a responsabilidade sobre os acervos, e dos usuários, que o utilizam. Conforme foi possível constatar, informações geradas a partir destes profissionais e pelos pesquisadores, assim como pelos instrumentos apresentados neste artigo apontam para a necessidade de ajuste, segundo o indicativo da seleção e priorização de dossiês/documentos que se deseja e em função da ferramenta a ser escolhida, posto que ela as direciona.

Não houve aqui a intenção de esgotar o tema apresentado, mas de apresentar algumas considerações e reflexões sobre os enfrentamentos de rotina nas práticas da conservação-restauração do acervo documental, considerado patrimônio cultural e científico. Não obstante, este estudo tornou-se parte da pesquisa que vem sendo desenvolvida no MAST sobre os discursos e metodologias envolvidas no fazer contemporâneo da Gestão e Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia, nos quais ainda se observa a dificuldade de compreensão quanto aos critérios de valorização dos acervos e sua interferência na definição e priorização de ações, sejam de preservação, conservação ou

restauração. Acredita-se que o aprimoramento quanto ao uso de metodologias e instrumentos, com pequenas adaptações como as aqui consideradas, favoreceria e auxiliaria em decisões mais ajustadas e adequadas aos diferentes tipos de arquivos que se encontram sob custódia do MAST. Para além disto, espera-se ter mostrado também que os critérios devem ter estreita relação com o valor que se deseja ser salvaguardado, e que nem sempre é claramente identificado.

Referências

- APPELBAUM, Barbara. Quadrant III – Non-materials aspects of the object. In: _____. *Conservation Treatment Methodology*. Inglaterra: Elsevier, 2009. p. 65-119.
- ARQUIVO do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil: inventário sumário. 2. ed. Rio de Janeiro: MAST, 2000. 133p.
- ARQUIVO Nacional (Brasil). *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2005. 232p.
- ATKINSON, Ross W.. Seleção para preservação: uma abordagem materialística. In: *PLANEJAMENTO de preservação e gerenciamento de programas*. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 2001. p. 17-29. (CPBA, 34).
- AVRAMI, Erica; MASON, Randall; TORRES, Marta de la. Report on research: the spheres and challengers of conservations. In: _____ (Eds.). *Values and Heritage Conservation*. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2000. p. 3-11.
- BERDUCOU, Marie. The “values” of cultural property and conservation-restoration: a historical perspective. In: VAROLI-PIAZZA, Rosalia (Ed.). *Sharing Conservation Decisions*, Rome: Italy, 2007. p. 48-52.
- BRANDI, Cesari. *Teoria da Restauração*. Cotia: Ateliê Editorial, 2004. 261p. (Coleção Arte & Ofícios, 5).
- BRASIL, *Decreto 22.698*, de 11 de maio de 1933. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22698-11-maio-1933-505601-publicacaooriginal-79942-pe.html>>. Acesso em: 15 jan. 2013.
- BRASIL. *Decreto 65.347*, de 13 de outubro de 1969, que regulamenta a Lei 5.471/68, que dispõe sobre a exportação de livros antigos e conjuntos bibliográficos. In: COLETÂNEA de leis sobre preservação do Patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006. p. 113-115.

BRASIL. *Lei 5.741*, de 9 de junho de 1968, que dispõe sobre a exportação de livros antigos e conjuntos bibliográficos brasileiros. In: COLETÂNEA de leis sobre preservação do Patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006. p. 45-46.

CALDEIRA, Cleide Cristina. Conservação Preventiva: histórico. *Revista CPC*, v. 1, n. 1, p. 91-102, nov. 2005/abr. 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cpc/article/viewFile/15582/17156>>. Acesso em: 17 mai. 2015.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida de. Arquivos de Museus. In: MAGALHÃES, Ana Gonçalves (Orgs.). *Seminário Internacional de Arquivos de Museus e Pesquisa*, I, São Paulo, 9 e 10 de novembro de 2009. *Anais...* São Paulo: MAC-USP, 2010. p. 22-27.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli; BOTANI, Aparecida Sales Linares. *Dicionário de Terminologia Arquivística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, Núcleo Regional São Paulo; Secretaria de Estado e Cultura, 1996, 142p.

CAPLE, Chris. History of Conservation. In:_____. *Conservation Skills: judgement, method and decision making*. Londres: Routledge, 2000. p. 46-55

CASTRO, Celso. A trajetória de um arquivo histórico: reflexões a partir da documentação do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil. *Revista de Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, n. 36, p. 33-42, jul-dez. 2005.

CHILD, Margaret S.. Considerações complementares sobre “seleção para preservação: uma abordagem materialística”. In: *PLANEJAMENTO de preservação e gerenciamento de programas*. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos; Arquivo Nacional, 2001. p. 31-40. (CPBA, 35).

CUNHA, George M. . *Métodos de evaluación para determinar las necesidades de conservación en bibliotecas y archivos: un estudio del RAMP*. París: Unesco, 1988. 50p. (Programa General de Información y UNISIST, PGI-88/WS/16)

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Córdélia Robalinho de Oliveira. *Dicionário de biblioteconomia e arquivologia*. Brasília, DF: Briquet de Lemos / Livros, 2008. 451p.

D'ALMEIDA, Maria Luiza Otero. *Celulose e Papel: Tecnologia de fabricação de pasta celulósica*. São Paulo: SENAI/IPT, 1988. v 2.

ELIAS, Isis Baldini. Conservação e restauração de obras de arte em suporte papel. 2002, 143p. *Dissertação* (Mestrado) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Orientador: Prof. Dr. Maria Helena Pires Martins.

FUNDAÇÃO Nacional Pró-Memória. *PROGRAMA Nacional de Preservação Histórica: Pró-Documento*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1984, 47 p. (texto datilografado).

GONÇALVES, José Reginaldo S.. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: IPHAN, 2002. 156p.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. *Coleções e expedições vigiadas: o caso Nimuendajú e o caso Lévi-Strauss no Conselho de Fiscalização das Expedições Científicas e Artísticas no Brasil*. São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, 1995. 92p. Trabalho apresentado como conclusão de curso no Programa de Formação de Quadros Profissionais do CEBRAP. (texto não publicado).

HANNESCH, Ozana. Patrimônio Arquivístico em Museus: reflexões sobre seleção e priorização em conservação-restauração de documentos em suporte papel. 2013. 233f. *Dissertação* (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e Museu de Astronomia e Ciências Afins, Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio. Rio de Janeiro, 2013. Orientador: Prof. Dr. Marcus Granato.

KEENE, Suzanne. Audits of care: a framework for collections conditions survey. In: KNELL, Simon. *Care of Collections*, London and New York: Routledge, 2000. p. 60-82.

LEMOS, Carlos A. C.. *O que é Patrimônio Histórico*. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. 115p.

LINDSAY, Helen. Preservation microfilming and digitization at London Metropolitan Archives: Surveying and conservation preparation prior to image capture. *The Paper Conservator*, v. 27, n.1, p. 47-57, 2003. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/03094227.2003.9638630>>. Acesso em: 30 abr. 2015.

LISBOA, Araci Gomes. Preservação do Patrimônio científico nacional (1970-1990). 2012. 252p. *Tese* (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012. Orientador: Prof. Dr. Cezar Honorato.

LISBOA, Araci Gomes. Reflexões acerca da avaliação de documentos em C&T. In: ENCONTRO DE ARQUIVOS CIENTÍFICOS, II, 22 a 23 de setembro de 2005, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2006. p. 75-83.

MANERO, Maria Adelaida Allo. Teoría e historia de la conservación y restauración de documentos. Universidad de Zaragoza. *Revista General de Información y Documentación*, v. 7, n. 1, p.253-295, Servicio de Publicaciones, Universidad Complutense. Madrid, 1997. Disponível em: <<https://revistas.ucm.es/index.php/RGID/article/view/RGID9797120253A/11042>>. Acesso em: 12 out. 2015.

MEMÓRIA del mundo: directrices para la salvaguardia del patrimonio documental (ed. rev. 2002), preparada por Ray Edmondson. París: UNESCO, 2002, 71p. (CII-95/WS-11Rev.).

MERRIL-OLDHAM, Jan; REED-SCOTT, Jutta. *Programa de Planejamento de Preservação: um manual de auto-instrução de bibliotecas*. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, Arquivo Nacional, 2001. 139 p. (CPBA, 37)

MICHALSKI, Stefan; Pedersoli, José Luiz. *Manual de Gestión de Riesgo de Colecciones*, 2009_03_27, v.t.1 carta. ICCROM, 2009, 93 p. [DRAFT VERSION]) Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001862/186240s.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

MUÑOZ VIÑAS, Salvador. *Teoría contemporánea de la restauración*. Madrid: Editorial Síntesis, [2003]. 205p.

NATIONAL Archives and Records Administration. Intrinsic value in archival material, *Staff Information Paper*, n. 21. Washington, DC (EUA), 1982. 12 p.

PLANO Diretor, 2011-2015: planejamento estratégico do MAST. Rio de Janeiro: MAST, 2010. 25p.

RESOURCE: The Council for Museums, Archives and Libraries. *Parâmetros para a Conservação de Acervos*. [São Paulo]: Editora da Universidade de São Paulo; [Fundação] Vitae, [2004]. 154 pp. (Museologia. Roteiros práticos, 5)

SHELLENBERG, Theodore R.. *Arquivos modernos: princípios e técnicas* (2ª tiragem). Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1974.

SILVA, Armando Malheiros da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; REAL, Manuel Luís. *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. 2. ed. Porto: Edições Afrontamento, 2002, v.1. (Biblioteca das Ciências do Homem; Série Plural, 2).

SOUZA, Luiz Antônio Cruz; ROSADO, Alessandra; FRORER, Yacy-Ara (org). *Roteiro de avaliação e diagnóstico de conservação preventiva*. Belo Horizonte: LACICOR-EBA/UFMG, 2008. 43 p. (Tópicos em conservação preventiva, 1).

SPINELLI JÚNIOR, Jayme. *A conservação de acervos bibliográficos & documentais*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Dep. de Processos Técnicos, 1997. 90 p. (Documentos técnicos, 1).

TAVARES, Heráclito Duarte. Planos e negociações para observar o céu: a “National Geographic-Bureau eclipse expedition” e o eclipse total do Sol de 1947 no Brasil. *Revista Histórica*, v. 1, n. 4, p. 159-178. Salvador, 2012. Disponível em: <http://www.revistahistoria.ufba.br/2012_1/a08.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2015.

ANEXO



Laboratório de Conservação e Restauração – LAPEL/CDA/MAST

Diagnóstico para planejamento de tratamento do Arquivo CFEACB

Código documento: CFE.T. _____

N. de folhas/páginas: _____ Dimensões: _____

Suporte:

- papel jornal; papel comum/bond; papel revestido/couchê;
 papel cópia/translúcido; papel satinado; outros _____

Processo:

- datilográfico/cópia carbono; impresso; mimeografado;
 fotocópia/xerox; telegráfico;
 manuscrito -- esferográfica; hidrossolúvel; grafite;
 lápis de cor; nanquim; outros _____
 metaloácida -- 1°, 2°, 3°, 4° estágio.

Agregados: carimbo; selo; outros _____

Danos: até 25% até 50% mais 50%

- sujidade
 rasgos; dobras/vincos; perfurações; ataque de insetos inativo;
 perdas/partes faltantes; papel quebradiço; bordas frágeis;
 perdas de informação;
 manchas -- foxing/fungos; acidez/luz; água/líquido;
 cola; ferrugem/oxidação; outras _____
 esmaecimento; amarelecimento acentuado.
 intervenção anterior.

Necessidades:

- () Higienização; () Reparos; () Aplainamento;
- () Remoção de adesivos;
- () Banhos; () Impermeabilização; () MOP;
- () Desmontagem/Montagem;
- () Reprodução devido à perda de informação.
- () Acondicionamento individualizado

Digitalização sem tratamento: () SIM; () NÃO

() poucos reparos

Obs.: _____

Data: __/__/__.

Responsável: _____